

**Despacho n.º 3001/2017****Extinção de Ciclo de Estudos****Doutoramento em Administração Pública**

Nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente o artigo 54.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), publicado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, aprovo, de acordo com os Estatutos da Universidade de Lisboa, publicados pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2016, a 1 de março, a extinção do Doutoramento em Administração Pública, ministrado em regime de associação entre a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências desta Universidade, com a colaboração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa e do Instituto Politécnico de Macau.

Este ciclo de estudos foi criado pela deliberação n.º 175/2007, da Comissão Científica do Senado, de 26 de novembro, registado pela DGES com o n.º R/B-Cr 292/2008, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 24 de março, pela Deliberação n.º 833/2009.

O ciclo de estudos foi posteriormente alterado pelo Despacho n.º 10646/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de agosto, e acreditado preliminarmente pela A3ES com o processo n.º CEF/0910/23967, em 13 de dezembro de 2011.

1.º

**Entrada em vigor**

Esta extinção entrou em vigor no final do ano letivo de 2012/2013, tendo o curso funcionado regularmente com os alunos nele matriculados e inscritos por mais dois anos até ao ano letivo 2014/2015. Desta publicação será dado conhecimento à A3ES e à DGES.

2.º

**Disposições Transitórias**

1 — Nos termos do n.º 3 da Resolução n.º 53/2012, de 19 de dezembro, da A3ES, os alunos matriculados e inscritos no ciclo de estudos tiveram até ao ano letivo de 2014/2015, inclusive, para o concluir.

2 — Os alunos que não concluíram o ciclo de estudos no ano letivo 2014/2015 transitam, se assim o entenderem, para um dos seguintes ciclos de estudos:

a) Doutoramento em Administração Pública do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, criado pelo Despacho Reitoral n.º 209/2014, de 10 de outubro, acreditado pela A3ES com o processo n.º NCE/14/00456, em 8 de outubro de 2015, registado pela DGES com o n.º R/A-Cr 306/2015, em 30 de outubro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 3 de dezembro, pelo Despacho n.º 14368/2015, e republicado pelo Despacho n.º 3169/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de março.

b) Doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito, criado pelo Despacho Reitoral n.º 201/2014, de 10 de outubro, acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior com o processo n.º NCE/14/00191, em 3 de julho de 2015, por um período de 6 anos, e registado pela Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/A-Cr 186/2015, em 13 de agosto de 2015.

3 — Aos alunos que, nos termos do n.º 2, transitem para o ciclo de estudos de Doutoramento em Administração Pública do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ou para o Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito será garantida a creditação da totalidade dos créditos aprovados.

22 de fevereiro de 2017. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

310297882

**Despacho n.º 3002/2017****Criação de Novo Ciclo de Estudos****Doutoramento em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos**

Sob proposta do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, e nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente o artigo 61.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), publicado pelo Decreto-Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (RJGDES), publicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, (entretanto alterado pelos Decretos-Lei

n.º 107/2008, de 25 de junho, e n.º 230/2009, de 14 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, e alterado pelos Decretos-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto e n.º 63/2016, de 13 de setembro), foi aprovada, pelo Despacho Reitoral n.º 196/2015, de 2 de outubro, de acordo com os Estatutos da Universidade de Lisboa, a criação do Doutoramento em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Este ciclo de estudos, com o processo n.º NCE/15/00056, foi acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em 8 de setembro de 2016, por um período de 6 anos, e registado pela Direção-Geral do Ensino Superior em 24 de novembro de 2016, com o n.º R/A-Cr 131/2016.

1.º

**Criação**

A Universidade de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, confere o grau de doutor no ramo de conhecimento em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

2.º

**Organização do ciclo de estudos**

O grau de doutor é conferido aos que tiverem obtido 180 ECTS, através da aprovação no curso de doutoramento (60 ECTS), e da elaboração da tese de doutoramento, sua discussão e aprovação (120 ECTS).

3.º

**Estrutura curricular e plano de estudos**

A estrutura curricular e o plano de estudos do ciclo de estudos são os que constam do anexo ao presente Despacho.

4.º

**Concessão do grau de doutor**

O grau de doutor é conferido aos que tenham obtido aprovação no ato público de defesa da tese.

5.º

**Qualificação final do grau de doutor**

1 — Ao grau académico de doutor é atribuída uma qualificação final nos termos fixados pelas normas regulamentares aprovadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

2 — A qualificação é atribuída pelo júri, consideradas as classificações obtidas nas unidades curriculares do curso de doutoramento e o mérito da tese apreciada no ato público.

6.º

**Normas regulamentares**

O órgão legal e estatutariamente competente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas aprova as normas regulamentares do ciclo de estudos nos termos do artigo 38.º do RJGDES e do artigo 44.º do Regulamento de Estudos de Pós-graduação da Universidade de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57 de 23 de março, através do Despacho n.º 2950/2015 e alterado pelo Despacho n.º 3738/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72 de 14 de abril.

7.º

**Entrada em vigor**

O ciclo de estudos entra em funcionamento a partir do ano letivo de 2017/2018.

23 de fevereiro de 2017. — O Vice-Reitor, *Eduardo Pereira*.

ANEXO

**Estrutura Curricular e Plano de Estudos**

- 1 — Universidade de Lisboa.
- 2 — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- 3 — Ciclo de Estudos: Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- 4 — Grau ou diploma: Doutor.
- 5 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Sociologia/Gestão.
- 6 — Número de créditos necessário à obtenção do grau: 180 ECTS.
- 7 — Duração normal do ciclo de estudos: 3 anos, 6 semestres.
- 8 — Ramos, variantes, áreas de especialização ou especialidades em que o ciclo de estudos se estrutura: não aplicável.

9 — Áreas científicas e ECTS que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Sociologia .....	S	30	
Metodologia .....	MET	20	

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Gestão .....	G	10	
Sociologia/Gestão .....	S/G	120	
<i>Total</i> .....		180	

10 — Plano de Estudos:

**Universidade de Lisboa**

**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**

Doutoramento em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos

**Área científica predominante: Sociologia/Gestão**

QUADRO N.º 2

1.º Ano/1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Seminário de Metodologias de Investigação em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.	S	Semestral . . . .	250	TP=26 OT=40	10
Introdução às Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos . . . . .	S	Semestral . . . .	250	TP=26 OT=40	10
Métodos Qualitativos de Investigação em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.	MET	Semestral . . . .	250	TP=26 OT=40	10

QUADRO N.º 3

1.º Ano/2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Seminário de Projeto .....	S	Semestral . . . .	250	TP=26 OT=40	10
Temas Avançados de Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	G	Semestral . . . .	250	TP=26 OT=40	10
Métodos Quantitativos de Investigação em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.	MET	Semestral . . . .	250	TP=26 OT=40	10

QUADRO N.º 4

2.º Ano/1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Tese .....	S/G	Semestral . . . .	750	0	30

QUADRO N.º 5

2.º Ano/2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Tese .....	S/G	Semestral . . . .	750	0	30

QUADRO N.º 6

## 3.º Ano/1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Tese .....	S/G	Semestral . . . .	750	0	30

QUADRO N.º 7

## 3.º Ano/2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Tese .....	S/G	Semestral . . . .	750	0	30

310348847

**Despacho n.º 3003/2017**

Ao abrigo do disposto nos artigos 45.º, 49.º e 51.º, todos da Lei Geral do Trabalho (LTFP) em Funções Públicas, e tendo presente o disposto no n.º 1 da cláusula 1.ª, e n.º 2 da cláusula 6.ª, do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no DR, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, e após homologação da Ata do Júri constituído para o efeito, tornam-se públicas as conclusões, com sucesso, dos períodos experimentais, de acordo com os processos de avaliação, elaborados nos termos do disposto nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 46.º da LTFP, que se encontram arquivados nos respetivos processos individuais:

Susana Maria Domingues Antão, celebrado contrato com efeitos a 01.05.2016, na categoria e carreira de técnica superior, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de dois lugares de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 10187/2015, publicado no DR, 2.ª série, n.º 174, de 07 de setembro;

Ana Filipa Marques da Silva, celebrado contrato com efeitos a 18.07.2016, na categoria e carreira de assistente técnica, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de um lugar de Assistente Técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 10742/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 22 de setembro;

Sara Isabel dos Santos Dias, celebrado contrato com efeitos a 01.05.2016, na categoria e carreira de técnica superior, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de dois lugares de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 2063/2015, de 24 de fevereiro;

Sara Filipa Moura Pinto, celebrado contrato com efeitos a 01.06.2016, na categoria e carreira de assistente técnica, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de dois lugares de Assistente Técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 10187/2015, publicado no DR, 2.ª série, n.º 174, de 07 de setembro;

Carla Sofia Simões Lopes, celebrado contrato com efeitos a 29.12.2015, na categoria e carreira de técnica superior, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de um lugar de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 5720/2015, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio;

Patrícia Lavrador Teixeira Nunes, celebrado contrato com efeitos a 29.12.2015, na categoria e carreira de técnica superior, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de um lugar de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 6143/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 4 de junho.

17 de março de 2017. — O Reitor, *António Serra*.

310360031

**Faculdade de Farmácia****Contrato (extrato) n.º 161/2017**

Por despacho da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, datado de 25/01/2017, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período experimental de 5 anos, com início a 1 de fevereiro de 2017, com o Doutor Pedro Miguel Pimenta Góis, na categoria de professor auxiliar, com agregação, com dedicação exclusiva, do mapa de pessoal desta instituição, na sequência de concurso documental internacional para o departamento de Química Farmacêutica e Terapêutica, com direito à remuneração correspondente ao escalão 1, índice 220, do Estatuto remuneratório do pessoal docente universitário.

1/03/2017. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

310302765

**Contrato (extrato) n.º 162/2017**

Por despacho de 22 de dezembro de 2016, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a Termo Resolutivo Certo, com a Mestre Maryam Malmir, para exercer funções de Assistente Convidada a 20 %, para o Departamento de Ciências Farmacológicas, com início a 23 de dezembro de 2016, terminando a 22 de dezembro de 2017, conforme os artigos 16.º e 32.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

08/03/2017. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

310325526

**Contrato (extrato) n.º 163/2017**

Por despacho de 30 de dezembro de 2016, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a Termo Resolutivo Certo, com o Mestre Henrique Nuno Nazaré e Silva, para exercer funções de Assistente Convidado a 10 %, para o Departamento de Ciências Farmacológicas, com início a 30 de dezembro de 2016, terminando a 29 de dezembro de 2017, conforme os artigos 16.º e 32.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

08/03/2017. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

310326174

**Contrato (extrato) n.º 164/2017**

Por despacho de 22 de dezembro de 2016, da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Celebrado Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, com a Doutora Joana São José Dias Amaral, para exercer funções de